



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005618-52.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Crédito - Administração judicial**
 Requerente: **TOTVS SA**
 Requerido: **LATINA ELETRODOMESTICOS S/A (em recuperação judicial)**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Trata-se de impugnação de crédito retardatário apresentada pela impugnante TOTVS S/A, pretendendo a inclusão no quadro geral de credores da empresa recuperanda Latina Eletrodomésticos S/A, de supostos créditos decorrentes das Notas Fiscais 019005, 021449, 024510, 47298, 47299, 47621, 47838 e 47839. Aduz, em síntese, que no Edital publicado no dia 17/12/2014, constou um crédito a favor da impugnante no valor de R\$ 11.654,42, restando uma diferença no valor de R\$ 14.049,41.

A recuperanda se opôs à pretensão da impugnante, não reconhecendo os valores a maior cobrados pela impugnante neste incidente, alegando que os únicos valores devidos à impugnante são aqueles já relacionados na recuperação judicial (fls. 179).

A impugnante, em manifestação de fls. 196, concordou que as Notas Fiscais ns. 47621, 47838 e 47839 foram quitadas pela impugnada, restando, ainda, uma diferença não indicada no quadro de credores, referente às Notas Fiscais ns. 019005, 021449 e 024510.

O Administrador Judicial requereu a apresentação das referidas notas fiscais com o necessário aceite, a fim de comprovar o suposto crédito da impugnante, que totaliza a quantia de R\$ 2.267,17 (fls. 209).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A impugnante, em nova manifestação de fls. 224, alegou que não logrou êxito em localizar os aceites das notas fiscais em questão.

O Administrador Judicial, em novas manifestações de fls. 241/243 e 253/255, requereu a improcedência do pedido.

O Ministério Público, em parecer de fls. 259/260, posicionou-se pela improcedência da pretensão.

É o relatório. Fundamento e decido.

Pretende a impugnante, por meio da presente impugnação, a inclusão no quadro de credores da recuperanda Latina Eletrodomésticos S/A, do crédito não incluído no Edital publicado no dia 17/12/2014, correspondente às Notas Fiscais n. 019005, 021449, 024510, 47298, 47299, 47621, 47838 e 47839.

Em nova manifestação de fls. 196, todavia, concordou que as Notas Fiscais ns. 47621, 47838 e 47839 foram quitadas pela impugnada, passando, então, à pretensão de inclusão de uma suposta diferença não indicada no quadro de credores, referente às Notas Fiscais ns. 019005, 021449 e 024510.

Não cuidou, entretanto, em demonstrar documentalmente que o crédito pretendido se encontra revestido de legalidade, tendo em vista que não logrou êxito em localizar os respectivos aceites.

A simples emissão de nota fiscal não dá ensejo à cobrança dos valores nela estampados, uma vez que é documento produzido unilateralmente, devendo estar acompanhado do respectivo comprovante recebimento da mercadoria ou de efetiva prestação de serviço.

Nesse sentido: “Apelação – Ação de Cobrança – Fornecimento de medicamentos – Pretensão calcada em notas fiscais sem rubrica de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

recebimento – Duplicatas sem aceite – Inexistência de comprovação da idoneidade da cobrança – Não comprovação dos serviços efetivamente prestados – Ônus probatório que cabia ao autor – Exegese do art. 373, I, do CPC (vigente) - Precedentes do E. STJ e desta E. 11ª. Câmara de Direito Público - Sentença de improcedência mantida – Recurso improvido. (Apelação 0002252-64.2014.8.26.0493 Relator(a): Marcelo L Theodósio; Comarca: Regente Feijó; Órgão julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 31/01/2017; Data de registro: 01/02/2017)”.
 Assim sendo, o pedido não comporta acolhimento.

Diante do exposto, julgo improcedente o pedido, com resolução do mérito. Sucumbente, condeno a impugnante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir da intimação da recuperanda (fls. 172).

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 17 de abril de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**